



## GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

### SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO DO DISTRITO FEDERAL

*Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060*

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 37661/2018-  
SEPLAG, nos termos do Padrão nº 02/2002.**

**Processo SEI nº: 00410-00007190/2018-19**

**SIGGO nº: 37661**

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – Das Partes**

O **DISTRITO FEDERAL**, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, com sede nesta capital, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.230.476/0001-07, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado por **RENATO JORGE BROWN RIBEIRO**, portador da cédula de identidade RG n.º 047878616, expedida pela IFP-RJ, inscrito no CPF/MF sob o n.º 905.643.327-04, na qualidade de Secretário de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, conforme delegação de competência prevista no art. 1º do Decreto nº 37.165, de 08 de março de 2016, no uso das atribuições previstas no artigo 31 do Decreto n.º 32.598, de 15 de dezembro de 2010, referente às Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade do Distrito Federal, e de outro lado, a **FUNDAÇÃO DOM CABRAL**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **19.268.267/0001-92**, doravante denominada **CONTRATADA**, com sede à Avenida Princesa Diana, nº 760, Alphaville Lagoa dos Ingleses, CEP: 34.018-006, Nova Lima – MG, neste ato representada por **ROBERTO SAGOT MONTEIRO**, portador da Cédula de Identidade nº 0565066510, expedida pela SSP/BA e CPF/MF nº 599.854.535-49, na qualidade de Diretor Executivo da Fundação, celebram o presente ajuste pelas seguintes cláusulas:

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – Do Procedimento**

O presente Contrato obedece aos termos do Projeto Básico (11104314), do Parecer Jurídico SEI-GDF n.º 721/2018 - PGDF/GAB/PRCON (12623474), da Proposta da Contratada (13648000) e da Justificativa de Dispensa de Licitação (13776287), nos termos do art. 24, inciso XIII, c/c Art. 26, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como os demais ditames da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei Distrital nº 2.958, de 26/04/2002; da Portaria nº 70-SEGAD, de 07/07/2015; dada Ordem de Serviço nº 1 - EGOV/SEPLAG, de 22/05/2018, e demais legislação correlata.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – Do Objeto**

O CONTRATO tem por objeto a contratação de capacitação customizada em Gerenciamento de Projetos, para agentes públicos que estejam diretamente envolvidos com os projetos desenvolvidos no âmbito da Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento, nos termos do Projeto Básico (11104314), do Parecer Jurídico SEI-GDF n.º 721/2018 - PGDF/GAB/PRCON (12623474), da Proposta da Contratada (13648000) e da Justificativa de Dispensa de Licitação (13776287), nos termos do Art. 24, inciso XIII, c/c Art. 26, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como os demais ditames da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei Distrital nº 2.958, de 26/04/2002; da Portaria nº 70-SEGAD, de 07/07/2015; dada Ordem de Serviço nº 1 - EGOV/SEPLAG, de 22/05/2018, e demais

legislação correlata.

#### **CLÁUSULA QUARTA – Da Forma e Regime de Execução**

4.1 - O Contrato será executado de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço global, segundo o disposto nos arts. 6º e 10º da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

4.2 - Nos termos do Projeto Básico (11104314) e da Proposta da Contratada (13648000), a execução do Programa **Capacitação em Gestão de Projetos** para 40 (quarenta) servidores da Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento e Gestão do Governo do Distrito Federal, proposta pela Fundação Dom Cabral, será realizada nas dependências da Escola de Governo do Distrito Federal (EGOV), no período correspondente ao exercício de 2018.

4.3 - No que tange à etapa **Execução**, nos termos do Projeto Básico (11104314) e da Proposta da Contratada (13648000), elencam-se:

##### **4.3.1 - Objetivos:**

**4.3.1.1** - Capacitar em Gerenciamento de projetos os servidores da SEPLAG, participantes ou potencial participantes de projetos, com o objetivo de incrementar os resultados em termos de tempo de execução, custo e qualidade.

**4.3.1.2** - Conhecimento das principais ferramentas de apoio ao planejamento e à gestão de projetos. Para tanto serão realizadas as seguintes etapas:

##### **4.3.1.2.1 - Planejamento e Customização:**

**4.3.1.2.1.1** - Compreender o contexto da organização e buscar informações relevantes que possam ser úteis para os professores referenciar em sala de aula e sobre os participantes.

##### **Atividades dessa Etapa:**

##### **Módulo 1:**

##### **DIA 1**

##### **- O que é o Gerenciamento de Projetos (4h/aula):**

- O que é projeto?
- O que é gerenciamento de projetos?
- Relacionamento entre gerenciamento de projetos e outras disciplinas
- O ciclo de vida de um projeto
- Conceitos de planejamento e controle
- Definição das funções básicas do time de projeto
- Gerenciamento da Integração
- Desenvolvimento do plano do projeto
- Execução do plano do projeto

##### **- Gestão Estratégica de Projetos (4h/aula):**

- A integração entre estratégia e projetos
- Execução da estratégia
- Gestão de portfólio de projetos
- Modelos de maturidade em projetos

- Categorização
- OSM e PMO

## **DIA 2 – Gerenciamento do Escopo, Tempo, Recursos e Riscos (8h/aula):**

- Planejamento, definição e verificação do escopo
- Controle de mudanças de escopo
- Definição, sequenciamento e estimativa de duração de atividades
- Planejamento de recursos e estimativas de custo
- Planejamento do gerenciamento de riscos
- Identificação e análise de riscos
- Plano de resposta aos riscos
- Monitoramento e controle dos riscos

## **DIA 3 – Metodologias de Projetos Contemporâneas (8h/aula):**

- PMBOK
- Guia de Gerenciamento de Projetos ISO21500:2012
- PRINCE 2 (Project in Controlled Enviroment)
- Metodos Ágeis (Ex: Scrum)

## **DIA 4 – Design Thinking (8h/aula):**

- Design Thinking e a jornada do cliente.
- Além das ferramentas: qual a dor do cliente? Quais dados disponíveis e analisados?
- Qual a proposta de valor do Design Thinking?
- Elementos críticos: equipes e ambiente.
- Geração de ideias: convergência, resultado e prototipação. Qual o MVP?
- Arquitetura técnica do projeto e tecnológica.

## **DIA 5 – Competências Individuais (8h/aula):**

- Liderança
- Comunicação
- Engajamento
- Negociação
- Gestão da Mudança
- Influência
- Gestão de pessoas e equipes: habilidades humanas inter e intrapessoais

## DIA 6 – Gestão de *Stakeholders* (4h/aula):

- Entendimento de quem são e seu mapeamento (Mapa de *Stakeholders*)
- Expectativas dos *Stakeholders* e os impactos que eles geram para a instituição (Matriz de Materialidade)
- Dimensões da Gestão de *Stakeholders*:
  - Relacionamento e níveis de engajamento
  - Gestão de Riscos Sociopolíticos
  - Oportunidades junto a *Stakeholders*
  - Sustentabilidade e Responsabilidade Social da Instituição
- Definição do plano de envolvimento e engajamento das partes interessadas (Estratégia de Presença).

A Capacitação em Gestão de Projetos para os 40 (quarenta) servidores da Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento e Gestão do Governo do Distrito Federal proposta pela Fundação Dom Cabral será realizada, conforme especificado abaixo:

- Local: Escola de Governo do Distrito Federal
- Período: 2018
- Data: a ser definida, após assinatura do contrato entre as partes.
- Módulo 1 – 24h/aula
- Módulo 2 – 20h/aula

4.4 - No que tange à **Metodologia**, nos termos do Projeto Básico (11104314) e da Proposta da Contratada (13648000), elencam-se:

4.4.1 - O programa de capacitação será feito de **encontros presenciais** que deverão contemplar aspectos teóricos e práticos, **com ênfase em atividades vivenciais e participativas**.

4.4.2 - Durante todo o período, os conteúdos serão trabalhados com a preocupação de traduzir o seu significado e as suas implicações para a organização, aliando-se a reflexão do campo teórico à uma análise objetiva da realidade.

4.4.3 - Percurso de aprendizagem nos módulos abrangerá:

- Contextualização do tema.
- Aportes conceituais.
- Exercícios de fixação - ex. dinâmica de grupo, *role-playing*, discussão de filmes e textos literários, estudo de caso.
- Transposição para o contexto da organização: atividades em grupo.

4.5 - No que tange à **Equipe Técnica**, nos termos do Projeto Básico (11104314) e da Proposta da Contratada (13648000), elencam-se:

4.5.1 - Os profissionais que atuarão no Programa serão vinculados à Fundação Dom Cabral e deverão possuir reconhecida experiência e vivência em suas respectivas especialidades.

4.5.2 - A alocação desses profissionais dependerá de disponibilidade de agenda, que somente poderá ser confirmada após assinatura do contrato e definição do cronograma. Consta do item 3. do Projeto Básico (11104314) uma sugestão preliminar de professores indicados pela Fundação Dom Cabral que

poderão compor a equipe.

**4.6** - No que tange à **Divulgação e Inscrição**, nos termos do Projeto Básico (11104314), elencam-se:

4.6.1 - A Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão ficará responsável em encaminhar para a Escola de Governo, relação de todos os participantes, constando nome, telefone e *e-mail* para efetivação das respectivas inscrições.

4.6.2 - Conforme o item 6. “Detalhamento do Objeto” do Projeto Básico (11104314), a SEPLAG contratará a Capacitação em Gestão de Projetos e disponibilizará esse programa aos participantes.

4.6.3 - Os Servidores indicados para participar da capacitação deverão no ato da inscrição, dar ciência no termo de compromisso relativo à sua participação no evento e acessar o sistema de inscrição da EGOV por meio do *link* que será enviado pela própria Escola.

4.6.4 - O servidor desistente de curso/evento presencial, semi-presencial ou à distância com tutoria; o não concluinte de curso/evento presencial ou semi-presencial; e o evadido de curso a distância poderão ser impedidos de participar de outros cursos/eventos promovidos pela EGOV, por um período de 90 (noventa) dias, bem como vir a ressarcir o erário, após apuração em procedimento administrativo, conforme disciplinado na Portaria no 70/2015 – SEGAD (DODF nº 131, de 9 de julho de 2015).

#### CLÁUSULA QUINTA – Do Valor

5.1 - O valor total do Contrato é de **R\$ 198.000,00 (cento e noventa e oito mil reais)**, devendo a importância ser atendida à conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento corrente, com recursos provenientes do Fundo Pró-Gestão (UAFPG):

PROGRAMA	PÚBLICO ALVO	VALOR PARTICIPANTE (R\$)	NÚMERO DE PARTICIPANTES	VALOR TOTAL
Capacitação customizada em Gerenciamento de Projetos	servidores	R\$4.950,00	40	R\$198.000,00
VALOR TOTAL DO PROGRAMA			40	R\$ 198.000,00

5.2 - Quanto à Forma de Pagamento, nos termos do Projeto Básico (11104314) e da Proposta da Contratada (13648000), os valores apresentados poderão ser pagos, após a realização do programa em seus dois módulos:

5.2.1 - Estão incluídas, nos valores apresentados, as despesas referentes a:

- Desenvolvimento do conteúdo e material para as aulas do programa;
- Remuneração dos profissionais da Fundação Dom Cabral que atuarem no Programa;
- Elaboração e Reprodução do Material Didático e Institucional necessário;
- Deslocamento (Aéreo e Terrestre), hospedagem e alimentação dos profissionais da Fundação Dom Cabral que atuarem no Programa;
- Apoio logístico e de infraestrutura presencial (Coordenação Executiva); e
- Certificados para os alunos, que tiverem até 75% de frequência ao fim do programa, ou, uma declaração de participação para os que estiverem presentes com menos de 75% de frequência.

5.2.2 - Não estão incluídas nesse valor as despesas referentes a:

- Infraestrutura para realização das aulas (sala, recursos da sala, *flip chart*, equipamentos audiovisuais, almoço dos alunos (servidores), etc);

- Deslocamento (Aéreo e Terrestre), hospedagem e almoço dos alunos (servidores).

## **CLÁUSULA SEXTA – Da Dotação Orçamentária**

6.1 - A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

I – Unidade Orçamentária: 32.901

II – Programa de Trabalho: 04.128.6003.4088-0027

III – Natureza da Despesa: 3.3.90.39

IV – Fonte de Recursos: 171

6.2 - O empenho é de **R\$ 198.000,00 (cento e noventa e oito mil reais)**, conforme **Nota de Empenho nº 2018NE00046** (13885871), emitida em 16/10/2018, sob o evento nº 400091, na modalidade Estimativo.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – Do Pagamento**

7.1 - O pagamento será feito, de acordo com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, mediante a apresentação de Nota Fiscal, devidamente atestada pelo Executor do CONTRATO.

7.2 - As despesas decorrentes da contratação correrão à conta dos recursos provenientes do Fundo de Melhoria da Gestão Pública da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal (Pró-Gestão) e a CONTRATADA deverá emitir Nota Fiscal/ Fatura em favor do Fundo de Melhoria da Gestão Pública - PRO GESTÃO - CNPJ nº 05.140.324/0001-49.

7.3 - A Contratada não poderá apresentar Nota Fiscal com número de CNPJ diverso do qualificado no preâmbulo deste CONTRATO.

7.4 - Ainda para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar os documentos abaixo relacionados:

I - Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (Anexo XI da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 2.5.2007), observado o disposto no art. 4º do Decreto nº 6.106/2007;

II - Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei n.º 8.036/90);

III - Certidão de Regularidade com a Fazenda do Distrito Federal;

IV - Certidão de Regularidade com a Fazenda Pública Federal; e

V - Certidão de Regularidade de Débitos Trabalhistas – CNDT (em [www.tst.gov.br](http://www.tst.gov.br)), em cumprimento à Lei nº 12.440/2011. Visando comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do Trabalho.

7.5 - O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de apresentação da Nota Fiscal, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação de pagamento.

7.6 - Passados 30 (trinta) dias sem o devido pagamento por parte da Administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento de acordo com a variação “*pro rata tempore*” do IPCA, nos termos do art. 3º do Decreto nº 37.121/2016.

7.7 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso).

7.8 - O CONTRATANTE rejeitará, no todo ou em parte, os serviços em desacordo com as condições estabelecidas neste CONTRATO e em desconformidade com este Contrato ou Projeto Básico que faz

parte integrante deste CONTRATO. Se, após o recebimento provisório for constatado fornecimento ou serviço em desacordo com o pactuado, com defeito ou incompleto, a CONTRATADA será notificada pelo CONTRATANTE para efetuar a devida regularização da ocorrência, não podendo lograr pagamento enquanto não sanada a irregularidade.

7.9 - Caso haja multa por inadimplemento contratual, será adotado o seguinte procedimento:

I - Se o valor da multa for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

7.10 - A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666/1993 e será executada após regular processo administrativo, oferecido à contratada a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3º do art. 86 da Lei nº 8.666/1993.

7.11 - As empresas com sede ou domicílio no Distrito Federal, com créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), os pagamentos serão feitos exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário junto ao Banco de Brasília S/A – BRB. Para tanto deverão apresentar o número da conta corrente e agência onde deseja receber seus créditos, de acordo com o Decreto n.º 32.767/2011, publicado no DODF nº 35, pág.3, de 18/02/2011, alterado pelo Decreto de nº 36.135/2014, de 12/12/2014.

7.12 - O pagamento será efetuado ao final da realização de cada turma do curso, de acordo com as normas de execução financeira, orçamentária e contábil do Distrito Federal, sendo exigida como condição para pagamento a prova de regularidade fiscal e trabalhista.

7.13 - O contrato terá preço fixo e irrevogável, considerando sua vigência menor que um ano.

#### **CLÁUSULA OITAVA – Do Prazo de Vigência**

O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura.

#### **CLÁUSULA NONA – Das garantias**

9.1 - Por ocasião da celebração do contrato será exigida da CONTRATADA, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da CONTRATANTE, comprovante de prestação de garantia, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, correspondendo ao valor de **R\$ 9.900,00 (nove mil e novecentos reais)**, nos termos do artigo 56 da Lei nº 8.666/93, mediante a escolha de uma das modalidades estabelecidas no § 1º, do art. 56, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, quais sejam:

I - caução em dinheiro, ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda; (redação dada pela Lei nº 11.079, de 2004);

II - seguro-garantia; ou

III - fiança bancária.

9.2 - A garantia contratual, ainda, abrange a observância dos seguintes tópicos:

I - A fiança bancária formalizar-se-á através de carta de fiança fornecida por instituição financeira que, por si ou pelos acionistas detentores de seu controle, não participem do capital ou da direção da CONTRATADA, sendo indispensável expressa renúncia, pelo fiador, aos benefícios dos arts. 827 e 1.491, do Código Civil de 2002.

II - Toda e qualquer garantia prestada pela CONTRATADA:

a) A garantia prestada pela CONTRATADA será liberada ou restituída após 90 (noventa) dias do

término da vigência contratual, e, quando em dinheiro, atualizado monetariamente, sem prejuízo das sanções previstas em Lei. A não prestação da garantia exigida será considerada recusa injustificada em assinar o Contrato, implicando na imediata anulação da N.E (Nota de Empenho) emitida.

b) Poderá, a critério da Administração do Distrito Federal, ser utilizada para cobrir eventuais multas e/ou para cobrir o inadimplemento de obrigações contratuais, sem prejuízo da indenização eventualmente cabível. Nesta hipótese, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após o recebimento da notificação regularmente expedida, a garantia deverá ser reconstituída.

c) Ficará retida no caso de rescisão contratual, até definitiva solução das pendências administrativas ou judiciais.

III - Sem prejuízo das sanções previstas na lei, a não prestação da garantia exigida será considerada recusa injustificada em assinar o CONTRATO, implicando na imediata anulação da N.E (nota de empenho) emitida.

IV - O prazo para a prestação da garantia será de até 5 (cinco) dias úteis a contar da assinatura do CONTRATO, sob pena de sanções previstas na legislação vigente e elencadas neste instrumento;

V - No caso de fiança bancária e do seguro-garantia estes deverão ser apresentados em original ou documento eletrônico com certificação digital e deverá oferecer cobertura a todas as obrigações contratuais não adimplidas pelo contratado compreendendo o período anual de início e término do CONTRATO.

VI - A garantia de execução do CONTRATO, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, deve ter validade de 12 (doze) meses, acrescidos de 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, observados ainda os seguintes requisitos:

a) A CONTRATADA deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do órgão CONTRATANTE, contado da assinatura do CONTRATO, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, sendo que, nos casos de contratação de serviços continuados de dedicação exclusiva de mão de obra, o valor da garantia deverá corresponder a 5% (cinco por cento) do valor total do CONTRATO;

b) A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do CONTRATO;
2. Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do CONTRATO; multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA; e
3. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber;

c) A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados nos itens da alínea "b", observada a legislação que rege a matéria;

d) A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em conta específica com correção monetária, em favor do CONTRATANTE;

e) A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do CONTRATO por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento);

f) O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do CONTRATO por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993;

g) O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA;

h) A garantia será considerada extinta:



1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do CONTRATO; e
  2. Após o término da vigência do CONTRATO, devendo o instrumento convocatório estabelecer o prazo de extinção da garantia, que poderá ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.
- i) O CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria;
- j) A garantia prevista no inciso VI somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, observada a legislação que rege a matéria.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – Da responsabilidade do Distrito Federal**

10.1 - Nos termos do Projeto Básico (11104314), constituem obrigações do CONTRATANTE:

10.1.1 - Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, mediante representante especialmente designado, nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93;

10.1.2 - Cumprir com a contratada todos os compromissos financeiros autorizados e assumidos em decorrência da contratação;

10.1.3 - Notificar à contratada, formal e tempestivamente, todas as irregularidades observadas no decorrer do contrato;

10.1.4 - Elaborar Termo de Compromisso, que deverá ser assinado por cada servidor participante;

10.1.5 - Efetuar o pagamento devido, após o adimplemento da obrigação, mediante Nota Fiscal ou Fatura dos serviços prestados, devidamente atestados, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências no instrumento contratual;

10.1.6 - Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades eventualmente constatadas na execução dos serviços contratados;

10.1.7 - Cumprir normas e demais responsabilidades constantes do Projeto Básico;

10.1.8 - Após assinatura do contrato entre a contratada e contratante e acertado o cronograma definitivo, caso ocorra o cancelamento de agendas com prazo inferior a 10 dias, incidirá multa de 50% do valor do módulo, que também terá o caráter compensatório pelos prejuízos decorrentes desse cancelamento.

10.2 - Constituem obrigações e responsabilidades dos participantes indicados pela Contratante:

10.2.1 - Verificar, antes de realizar a pré-inscrição, sua disponibilidade de tempo para o cumprimento das atividades previstas no curso/evento, a autorização de sua chefia imediata para participação nos horários programados, a compatibilidade do conteúdo do curso/evento com o cargo e com a função que desempenha bem como os demais requisitos estabelecidos e exigidos para efetivação da inscrição;

10.2.2 - Efetuar a inscrição por meio de e-mail com *link* do *site* da Escola de Governo e dar ciência no termo de compromisso relativo à sua participação no evento;

10.2.3 - Participar do evento e obter a frequência estabelecida;

10.2.4 - Apresentar justificativa, por escrito à EGOV, no caso de desistência antes do início ou durante o Curso, conforme Ordem de Serviço nº 1, de 12 de janeiro de 2017;

10.2.5 - Cumprir as demais exigências e deveres constantes da Ordem de Serviço nº 01/2017 da

Escola de Governo, publicada no DODF nº 11, de 16/1/2017, e da Portaria nº 70/2015-SEGAD, publicada no DODF nº 131, de 9/7/2015.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Das Obrigações e Responsabilidades da CONTRATADA**

11.1 - Constituem, nos termos do Projeto Básico (11104314), obrigações da Contratada:

11.1.1 - Realizar o Programa de capacitação em gestão de projetos, conforme projeto básico e contrato;

11.1.2 - Assegurar o cumprimento do conteúdo programático do Programa de capacitação em gestão de projetos e da metodologia empregada;

11.1.3 - Selecionar e escalar os facilitadores, palestrantes ou coordenadores, se aplicável, disponibilizando e mantendo atualizada a agenda do programa;

11.1.4 - Supervisionar o desenvolvimento do programa segundo metodologia pedagógica específica, com base no programa especificado na proposta;

11.1.5 - Fornecer todo o material didático previsto no programa do curso aos seus participantes;

11.1.6 - Realizar os serviços com eficiência e presteza, dentro das quantidades e padrões exigidos pela CONTRATANTE;

11.1.7 - Responsabilizar por todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, como pelos demais custos inerentes ao serviço;

11.1.8 - Não transferir a terceiros, conforme disposto no inciso VI, do art. 78, da Lei nº 8.666/93, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas contratuais, nem subcontratar qualquer prestação a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Projeto Básico ou neste Contrato;;

11.1.9 - Assumir total responsabilidade pelo seu quadro de pessoal, responsabilizando-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à CONTRATANTE;

11.1.10 - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive, quanto aos cursos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto, exceto nos casos previstos em lei;

11.1.11 - Ressarcir ao CONTRATANTE quaisquer danos ou prejuízos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, nos termos do art. 70 da Lei nº 8.666/93;

11.1.12 - Acatar as orientações do executor de contratos ou seu suplente legal, sujeitando-se à fiscalização, prestando esclarecimentos solicitados e atendendo às possíveis reclamações, facilitando o acesso aos locais de execução dos trabalhos bem como aos registros e às informações sobre o contrato;

11.1.13 - Sanar possíveis irregularidades apontadas pelo executor do contrato, até o prazo previsto para o adimplemento da obrigação, ficando suspenso o pagamento até a execução das correções necessárias, sem prejuízo de aplicação de penalidades cabíveis;

11.1.14 - Fornecer sempre que solicitado relatórios ou qualquer informação inerente ao objeto contratado;

11.1.15 - Garantir a plena execução do objeto no prazo e nas condições acordados;

11.1.16 - Indicar representante para tratar de assuntos administrativos sobre execução do contrato com a contratante;

11.1.17 - Fornecer à CONTRATANTE, quando requerido, informações sobre a qualidade técnica do

curso; e

11.1.18 - Emitir certificado da Fundação Dom Cabral para os participantes Gerenciamento de Projetos e uma lista comprobatória desses gestores certificados, a fim de ser anexada ao processo referente ao evento.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Da Alteração Contratual**

12.1 - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem na aquisição do objeto da presente licitação, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do CONTRATO, sem prejuízo das demais regulamentações legais.

12.2 - Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo no art. 65 da Lei nº 8.666/1993, vedada a modificação do objeto.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Das Penalidades**

13.1 - O atraso injustificado na execução, bem como a inexecução total ou parcial do CONTRATO sujeitará a Contratada à multa prevista no Edital, descontada da garantia oferecida ou judicialmente, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87, da Lei nº 8.666/1993, facultada ao Distrito Federal, em todo caso, a rescisão unilateral, bem como investir-se na posse de bens, alienar coisas, promover contratações para conclusão ou aperfeiçoamento de obras ou serviços.

### **13.2 - Das Espécies**

13.2.1 - Caso a contratada que não cumpra integralmente as obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, está sujeitas às seguintes sanções em conformidade com o Decreto nº 26.851/2006, e suas alterações:

I - advertência;

II - multa; e

III - suspensão temporária de participação em licitação, e impedimento de contratar com a Administração do Distrito Federal, por prazo não superior a 2 (dois) anos, e dosada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida.

a) Para a contratada que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o CONTRATO, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; a penalidade será aplicada por prazo não superior a 5 (cinco) anos, e a contratada será descredenciada do Sistema de Cadastro de Fornecedores, sem prejuízo das multas previstas em edital e no CONTRATO e das demais cominações legais, aplicadas e dosadas segundo a natureza e a gravidade da falta cometida;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

13.2.2 - As sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem anterior poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

### **13.3 - Da Advertência**

13.3.1 - A advertência é o aviso por escrito, emitido quando a contratada descumprir qualquer obrigação, e será expedido:

I - pela Subsecretaria de Compras Governamentais (SCG), quando o descumprimento da obrigação

ocorrer no âmbito do procedimento licitatório; e

II - pelo ordenador de despesas do órgão contratante se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o CONTRATO.

### **13.4 - Da Multa**

13.4.1 - A multa é a sanção pecuniária que será imposta à contratada, pelo ordenador de despesas do órgão contratante, por atraso injustificado na entrega ou execução do CONTRATO, e será aplicada nos seguintes percentuais:

I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, não podendo ultrapassar o valor previsto para o inadimplemento completo da obrigação contratada;

III - 5% (cinco por cento) sobre o valor total do CONTRATO/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos I e II deste artigo;

IV - 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o CONTRATO ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do CONTRATO/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente;

V - até 20% (vinte por cento) sobre o valor do CONTRATO/nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do CONTRATO, exceto prazo de entrega.

13.4.2 - A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666/1993 e será executada após regular processo administrativo, oferecido ao contratado a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3o do art. 86 da Lei nº 8.666/1993, observada a seguinte ordem:

I - mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo CONTRATO;

II - mediante desconto no valor das parcelas devidas à contratada; e

III - mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

13.4.3 - Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá à contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços Mercado (IGP-M) ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente.

13.4.4 - O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do CONTRATO, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

13.4.5 - Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado:

I - o atraso não superior a 5 (cinco) dias; e

II - a execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

13.4.6 - A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, consoante o previsto do subitem **13.2.2** e observado o princípio da proporcionalidade.

13.4.7 – Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, a nota de empenho e/ou CONTRATO deverão ser cancelados e/ou rescindidos, exceto se houver justificado interesse da unidade contratante em admitir

atraso superior a 30 (trinta) dias, que será penalizado na forma do inciso II do subitem 13.4.1.

13.4.8 – A sanção pecuniária prevista no inciso IV do subitem **13.4.1** não se aplica nas hipóteses de rescisão contratual que não ensejam penalidades.

### **13.5 - Da Suspensão**

13.5.1 - A suspensão é a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitação e de contratar com a Administração, e, se aplicada em decorrência de licitação na modalidade pregão, ainda suspende o registro cadastral da contratada no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, instituído pelo Decreto nº 25.966, de 23 de junho de 2005, e no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, de acordo com os prazos a seguir:

I - por até 30 (trinta) dias, quando, vencido o prazo de advertência, emitida pela Subsecretaria de Compras Governamentais (SCG), a contratada permanecer inadimplente;

II - por até 90 (noventa) dias, quando a licitante deixar de entregar, no prazo estabelecido no edital, os documentos e anexos exigidos, quer por via fax ou internet, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva;

III - por até 12 (doze) meses, quando a licitante, na modalidade pregão, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o CONTRATO, ensejar o retardamento na execução do seu objeto, falhar ou fraudar na execução do CONTRATO; e

IV - por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a licitante:

a) apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;

b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e

c) receber qualquer das multas previstas no subitem anterior e não efetuar o pagamento;

13.5.2 - São competentes para aplicar a penalidade de suspensão:

I - a Subsecretaria de Compras Governamentais (SCG), quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório; e

II - o ordenador de despesas do órgão contratante, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o CONTRATO.

13.5.3 - A penalidade de suspensão será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal.

13.5.4 - O prazo previsto no inciso IV poderá ser aumentado para até 05 (cinco) anos, quando as condutas ali previstas forem praticadas no âmbito dos procedimentos derivados dos pregões.

### **13.6 - Da Declaração de Inidoneidade**

13.6.1 - A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário de Estado ou autoridade equivalente do órgão de origem, à vista dos motivos informados na instrução processual.

13.6.2 - A declaração de inidoneidade prevista no item 13.5 permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que a aplicou, e será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes de sua conduta e após decorrido o prazo da sanção.

13.6.3 - A declaração de inidoneidade e/ou sua extinção será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, e seus efeitos serão extensivos a todos os órgãos/entidades subordinadas ou vinculadas ao Poder Executivo do Distrito Federal, e à Administração Pública, consoante dispõe o art. 87, IV, da Lei nº 8.666/1993.

### **13.7 - Das Demais Penalidades**

13.7.1 - Caso a contratada apresente documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que por quaisquer outros meios pratiquem atos irregulares ou ilegalidades para obtenção no registro no

Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, administrado pela Subsecretaria de Compras Governamentais (SCG), estarão sujeitas às seguintes penalidades:

I - suspensão temporária do certificado de registro cadastral ou da obtenção do registro, por até 24 (vinte e quatro) meses, dependendo da natureza e da gravidade dos fatos; e

II - declaração de inidoneidade, nos termos do subitem 13.6;

III - aplicam-se a este subitem as disposições do subitem 13.5.3 e 13.5.4.

13.7.2 - As sanções previstas nos subitens 13.5 e 13.6 poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que, em razão dos CONTRATOS regidos pelas Leis Federais nos 8.666/1993 ou 10.520/2002:

I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II - tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação; e

III - demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados.

### **13.8 - Do Direito de Defesa**

13.8.1 - É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

13.8.2 - O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

13.8.3 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Capítulo, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário;

13.8.4 - Assegurado o direito à defesa prévia e ao contraditório, e após o esgotamento da fase recursal, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, devendo constar:

I - a origem e o número do processo em que foi proferido o despacho;

II - o prazo do impedimento para licitar e contratar;

III - o fundamento legal da sanção aplicada; e

IV - o nome ou a razão social do punido, com o número de sua inscrição no Cadastro da Receita Federal.

13.8.5 - Após o julgamento do(s) recurso(s), ou transcorrido o prazo sem a sua interposição, a autoridade competente para aplicação da sanção providenciará a sua imediata divulgação no sítio [www.compras.df.gov.br](http://www.compras.df.gov.br), inclusive para o bloqueio da senha de acesso ao Sistema de Controle e Acompanhamento de Compra e Licitações e Registro de Preços do Distrito Federal - e-compras, e aos demais sistemas eletrônicos de contratação mantidos por órgãos ou entidades da Administração Pública do Distrito Federal.

13.8.6 - Ficam desobrigadas do dever de publicação no Diário Oficial do Distrito Federal as sanções aplicadas com fundamento nos subitens 13.3 e 13.4 deste capítulo de penalidades, as quais se formalizam por meio de simples apostilamento, na forma do art. 65, §8º, da Lei nº 8.666, de 1993.

### **13.9 - Do Assentamento em Registros**

13.9.1 - Toda sanção aplicada será anotada no histórico cadastral da empresa.

13.9.2 - As penalidades terão seus registros cancelados após o decurso do prazo do ato que as

aplicou.

### **13.10 - Da Sujeição a Perdas e Danos**

13.10.1 - Independentemente das sanções legais cabíveis, regulamentadas pelo Decreto nº 26.851/06 e suas alterações, a contratada ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração pelo descumprimento das obrigações contratuais.

### **13.11 - Disposições Complementares**

13.11.1 - As sanções previstas nos subitens 13.3, 13.4 e 13.5 do presente capítulo serão aplicadas pelo ordenador de despesas do órgão contratante.

13.11.2 - Os prazos referidos neste capítulo só se iniciam e vencem em dia de expediente no órgão ou na entidade.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Da Dissolução**

O CONTRATO poderá ser dissolvido de comum acordo, na forma do art. 79, II c/c § 1º da Lei nº 8.666/93, após autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, a depender do juízo de conveniência da Administração, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sem interrupção do curso normal da execução do CONTRATO.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Da Rescisão**

15.1 - O CONTRATO poderá ser rescindido por ato unilateral da Administração, reduzido a termo no respectivo processo, na forma prevista no CONTRATO, observado o disposto no art. 78 da Lei nº 8.666/93, sujeitando-se a CONTRATADA às consequências determinadas pelo art. 80 desse diploma legal, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

15.2 - No caso de rescisão motivada nos termos do art. 77 da Lei nº 8.666/93, ficam assegurados à Administração, os direitos de investir-se na posse de bens, alienar coisas, promover contratações para conclusão ou aperfeiçoamento dos serviços, para evitar que a rescisão acarrete obstáculos à continuidade da atividade administrativa.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Dos Débitos para com a Fazenda Pública**

Os débitos da CONTRATADA para com o Distrito Federal, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do CONTRATO.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – Do Executor**

17.1 - O Distrito Federal, por meio de Ordem de Serviço, designará um Executor para o Contrato, que desempenhará as atribuições previstas nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil.

17.2 - A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por executor interno do ajuste, especialmente designado pelo Órgão Requisitante, que anotará em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, além das atribuições contidas nas Normas de Execução Orçamentária e Financeira do Distrito Federal;

17.3 - Não obstante a Contratada seja única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços definidos neste Contrato, a Contratante reserva-se o direito de exercer a mais ampla fiscalização sobre o objeto contratado, por intermédio de representante especificamente designado, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, podendo:

I - Sustar a execução de qualquer trabalho que esteja sendo feito em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se torne necessária;

II - Determinar a reexecução dos serviços realizados com falha, erro ou negligência, lavrando termo de ocorrência do evento;

17.4 - O objeto contratado deverá ser executado conforme disposto neste contrato, no Projeto Básico (11104314) e da Proposta da Contratada (13648000), e na Justificativa de Dispensa de Licitação (13776287), todos juntados ao Processo SEI-GDF nº **00410.00007190/2018-19**:

a) Será recebido o objeto contratado:

I - Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;

II - Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da Lei 8.666/93;

b) Após o recebimento definitivo do objeto, será atestada a Nota Fiscal para efeito de pagamento;

c) O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do objeto adquirido, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato;

17.5 - Se a Contratada deixar de entregar o objeto contratado dentro do prazo estabelecido sem justificativa por escrito, aceita pela Administração, sujeitar-se-á às penalidades impostas neste contrato;

17.6 - O executor do contrato manterá registros de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou irregularidades observadas, devendo remeter mensalmente, por meio de relatório circunstanciado, essas informações à comissão executora; e

17.7 - As providências que ultrapassem a competência do executor serão determinadas pelos seus superiores, em tempo hábil para adoção das medidas convenientes.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – Da proibição de Conteúdo Discriminatório Contra a Mulher**

18.1 - Nos termos da Lei Distrital nº 5.448, de 12 de janeiro de 2015, é estritamente proibido o uso ou emprego de conteúdo discriminatório, relativo às hipóteses previstas no art. 1º do mencionado diploma legal, podendo sua utilização ensejar a rescisão do contrato e aplicação de multa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

18.2 - É vedado qualquer tipo de discriminação contra a mulher, nos termos do Decreto Distrital nº 38.365, de 26 de julho de 2017.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NOVA – Da proibição de utilização de mão de obra infantil**

Nos termos da Lei nº 5.061, de 08 de março de 2013 e com fundamento no artigo 7º, XXXIII e artigo 227, § 3º, I da Constituição Federal, é vedada a utilização de mão de obra infantil no presente CONTRATO, sob pena de rescisão contratual imediata, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA – Da Publicação e do Registro**

A eficácia do CONTRATO fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, após o que deverá ser providenciado o registro do instrumento no órgão interessado, de acordo com o art. 60 da Lei nº 8.666/93.



## CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – Do cumprimento ao Decreto Distrital nº 34.031/2012

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, pelo telefone 0800-6449060 (Decreto nº 34.031, de 12 de dezembro de 2012). (Parecer nº 330/2014-PROCAD/PGDF).

## CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – Do Foro

Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente CONTRATO.

Pelo **Distrito Federal**:

---

**RENATO JORGE BROWN RIBEIRO**

Secretário de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão

Pela **Contratada**:

---

**ROBERTO SAGOT MONTEIRO**

Diretor Executivo da Fundação



Documento assinado eletronicamente por **RENATO JORGE BROWN RIBEIRO - Matr.0272267-4, Secretário(a) de Planejamento, Orçamento e Gestão**, em 16/10/2018, às 15:54, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Sagot Monteiro, Usuário Externo**, em 16/10/2018, às 20:18, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
verificador= **13897241** código CRC= **F160F3E5**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Praça do Buriti - Anexo do Palácio do Buriti, 5º Andar, Sala 500 - CEP 70075900 - DF

3313-8160